PARTICIPAÇÃO DO ALUNO: GARANTIA NO CURRÍCULO[1]

Luiz Fernando Klein S.J.

Introdução

A reflexão que apresentamos neste artigo refere-se à formação dos alunos para a participação na escola e na sociedade. É, basicamente, a palestra proferida no X ENAC, encontro anual dos alunos colaboradores dos colégios jesuítas da região centro-leste do Brasil a partir dos mais recentes documentos educativos da Ordem e de uma pesquisa realizada com alunos e educadores do Ensino Médio do Colégio São Luís, em São Paulo.[2]

Esses colégios jesuítas têm seu projeto educativo fundamentado no respectivo regimento escolar e em quatro documentos comuns: *Carta de Princípios dos Colégios Jesuítas da Província do Brasil Centro-Leste, Características da Educação da Companhia de Jesus, Pedagogia Inaciana - uma proposta prática* e *Projeto Educativo da Província do Brasil Centro-Leste*. Os textos desenvolvem o conceito de comunidade educativa entendida como a inter-relação dos diversos segmentos componentes: alunos, pais, educadores, funcionários e antigos alunos. A participação, pessoal e grupal, é definida, incentivada e normatizada, tendo como fundamento a dignidade da pessoa e visando ao seu desenvolvimento, ao crescimento de todos os segmentos e, assim, ao cumprimento das metas da escola.

No entanto, o ideal de participação não se verifica em geral de modo adequado na prática dos colégios jesuítas. A quase totalidade dos alunos não se interessa por algo mais que sua rotina acadêmica - entendida por muitos como um fardo - preferindo uma conduta padronizada, que não lhes dê maior trabalho. Faltam na escola mecanismos institucionalizados de participação. Há dirigentes, professores e funcionários que, insensíveis ao ideal participativo e inexperientes quanto à sua prática, desestimulam e/ou inibem a formação dos alunos nessa dimensão. Alega-se freqüentemente nos colégios que a intensa rotina de estudo e trabalho das pessoas - alunos e adultos - não lhes deixa maior tempo para exercerem sua participação na comunidade.

Vejamos, brevemente, a atual formulação das metas dos colégios jesuítas quanto à participação.

1. A formação pretendida pelos colégios jesuítas

Os documentos *Características da Educação da Companhia de Jesus* e *Pedagogia Inaciana, uma proposta prática*, que o superior geral dos Jesuítas, P. Peter-Hans Kolvenbach, promulgou em 1986 e em 1993,

---

[1] Publicado em *Provocações da sala de aula*, de Cecília Irene Osowski (org.), São Paulo, Ed. Loyola, 1999: p. 113-141.

[2] O encontro realizou-se na Vila Gonzaga, São Paulo, a 10 de setembro de 1998.

respectivamente, traduzem o atual entendimento da Ordem quanto ao seu trabalho educativo.

O colégio jesuíta visa a oferecer aos seus alunos uma preparação para a vida antes que para uma profissão (C: 37)[3], para a formação do espírito, do coração e da consciência, mais que para o conhecimento e a competência, embora importantes (Kolvenbach, 1993: 17). Sua finalidade não é imediatista, nem utilitária, e tampouco restrita ao âmbito interno da escola.[4] Para além da escola, ou, a partir dela, procura exercer uma influência ética na sociedade, através da capacitação de homens e mulheres *para* e *com* os outros e da formação de *'agentes multiplicadores'* (C: 7d), de *'líderes no serviço'* (C: 110) aos mais necessitados.[5]

Para tanto, a educação jesuítica busca favorecer, não apenas o desenvolvimento intelectual do aluno, mas uma excelente formação global, em todas as suas dimensões (C: 107, P: 14). Trata de impregnar de valores todas as disciplinas do currículo. Enfatiza o papel da pessoa como membro da comunidade humana (C: 33). Empenha-se por ajudar os alunos a reformarem seu modo habitual de pensar, sentir e atuar (P: 15), mostrando-lhes que

> *"os talentos são dons a serem desenvolvidos, não para a satisfação ou proveito próprio, mas antes, com a ajuda de Deus, para o bem da comunidade humana"* (C: 82).

E procura favorecer também

> *"a atitude mental que vê o serviço aos demais como uma realização própria mais valiosa que o sucesso ou a prosperidade"* (C: 83).

A educação jesuítica procura levar seus alunos, de modo adequado à sua idade, a uma consciência e análise crítica da realidade, aliadas à convicção de que as estruturas vigentes podem mudar, e à decisão de comprometer-se, livre e generosamente, por transformá-las de acordo com as exigências da justiça. Mediante uma vida ativa de serviço os alunos contribuirão para gerar novo tipo de pessoa e de sociedade, plenamente desenvolvidas, com as quais Deus sempre tem sonhado, e manifestarão assim sua resposta ao Seu amor (C: 58,74,76,93,99,107).

A convicção da Companhia de Jesus é a de que

> *"um novo mundo de justiça, amor e paz precisa de gente formada e com competência profissional, responsabilidade e*

---

[3] As citações dos documentos *Características da Educação da Companhia de Jesus* e *Pedagogia Inaciana. Uma proposta prática* serão feitas desta forma: (C: 8) ou (P: 12), com a abreviatura da obra, dois pontos e o número marginal do documento.

[4] Dizem as *Características* (C: 37): *"O êxito da educação da Companhia é medido não em termos do desempenho acadêmico dos alunos ou da competência profissional dos professores, mas antes em termos desta qualidade de vida"*.

[5] Prosseguem as *Características*: *"A comunidade educativa e cada um de seus membros estão conscientes da influência que podem ter sobre os outros; as linhas de ação do colégio são formuladas com consciência dos possíveis efeitos sobre uma comunidade maior e sobre suas estruturas sociais"* (C: 81).

> *compaixão; homens e mulheres que estejam preparados para acolher e promover tudo o que for realmente humano, comprometidos no trabalho em favor da liberdade e dignidade de todos os povos, e decididos a agir assim, em cooperação com outros igualmente empenhados em modificar a sociedade e suas estruturas. Precisamos de gente capaz de renovar nossos sistemas sociais, econômicos e políticos, de tal forma que fomentem e preservem nossa humanidade comum, e libertem as pessoas para se dedicarem generosamente ao amor e cuidado dos outros"* (P: 17).

A formação de homens e mulheres de serviço aos demais só se consegue pela aprendizagem prática, por experiências concretas, por contato com aqueles que se privilegia servir (C: 89,112) e pelo testemunho dos adultos. Por conseguinte, o colégio jesuíta apela à relação e à colaboração entre os seus diversos grupos, especialmente entre educador e aluno, de modo que todos se preocupem uns com os outros e aprendam uns dos outros (C: 44).

Seguindo uma tradição que remonta às suas origens, a pedagogia jesuítica considera duplo o papel do professor: orientador de vida e orientador da aprendizagem dos alunos, sendo mais importante o primeiro. Dentre suas diversas atribuições, os professores manifestam um interesse pelo desenvolvimento do aluno de modo a torná-lo pessoa responsável na comunidade, preocupada com as necessidades dos outros, capaz de decisões, voltada para a ação (C: 43). Dado que a responsabilidade pelo processo educativo não está nas estratégias, mas no professor, sua lição mais convincente será o testemunho de vivência dos valores evangélicos, de liderança de participação (C: 103).

Destinatário do processo educativo do colégio jesuíta, o aluno é considerado também seu protagonista. Espera-se dele que manifeste uma participação ativa e a responsabilidade na própria formação (C: 45). O documento *Características* descreve o papel dos alunos na comunidade educativa:

> *"Os alunos formam uma comunidade de compreensão e apoio mútuo, que vem reforçada por procedimentos informais e também através de estruturas tais como grêmios e diretórios acadêmicos. Além disso, de acordo com a sua idade e capacidade, procura-se fomentar a participação estudantil na comunidade escolar maior, através de grupos consultivos e outras comissões escolares"* (C: 134).

O colégio jesuíta preocupa-se que suas estruturas assegurem os direitos de cada membro de sua comunidade educativa, conclamando-o a cumprir suas responsabilidades, a criar junto com os demais as condições para o pleno desenvolvimento de todos, de tal forma que *"a estrutura do colégio* [seja] *um reflexo da nova sociedade que o colégio, por meio da educação está tentando construir"* (C: 142).

Mas...como levar a participação à prática? Recorramos, novamente, à expectativa dos educadores dos colégios jesuítas.

2. Enfoque da participação e meios para obtê-la

A *Carta de Princípios dos Colégios Jesuítas da Província do Brasil Centro-Leste,* publicada em 1983, fala da participação como um dos dois critérios básicos - o outro é a comunhão - para a construção da comunidade educativa (n. 12). A participação apresenta, nesse contexto, dupla finalidade: pessoal e social, ou seja, os membros da comunidade educativa devem sentir-se co-responsáveis pelo desenvolvimento próprio e pelo aperfeiçoamento da instituição, pelo seu bem geral, num processo em que *cada membro é chamado a dar e receber* (n. 17). O documento apresenta de modo bastante claro os níveis de participação de cada um que *"é diversa, de acordo com sua experiência, seu saber, sua função específica e sintonia com esta Carta de Princípios"* (n. 19).

O documento *Projeto Educativo dos Colégios Jesuítas da Província do Brasil Centro-Leste,* publicado em março de 1998, enfatiza a meta da educação jesuíta: levar os alunos a pensarem e atuarem segundo valores. Isso implica uma aprendizagem e esta requer práticas concretas, a serem identificadas no currículo. Torna-se bem claro o que se espera dos alunos:

> *"...conhecendo com clareza as finalidades da educação oferecida por um colégio jesuíta, assumem uma atitude ativa visando à obtenção das metas propostas, elaboram seu plano de trabalho, comprometem-se a realizá-lo e, cada vez mais conscientemente, organizam suas atividades... Sabem que sua participação e co-responsabilidade na vida escolar são atitudes fundamentais, estimuladas ao longo de sua formação"* (n. 154).

Até a publicação do *Projeto Educativo*, o item n. 134 de *Características* era a única referência à participação institucional dos alunos segundo a modalidade de grêmios e conselhos escolares. O recente documento retoma essa orientação (n. 177), mas avança significativamente ao dizer:

> *"Um colégio jesuíta promove a criação e orienta o funcionamento de Conselhos de Alunos em todas as séries da educação básica, assegurando seu desempenho na elaboração, implantação e avaliação de sua programação sob a orientação dos respectivos educadores"* (n. 176).

As *Características* revelam o desejo de que os alunos, assim como todos os segmentos da comunidade educativa, participem insistindo, com muita propriedade, na compreensão e na visão comum do projeto educativo. Os documentos *Carta de Princípios* e *Participação de Jesuítas e Leigos* têm o mérito de distinguir os níveis de participação, evitando que esta seja tomada de modo abusivo ou arbitrário. O *Projeto Educativo* não

só reconhece o direito de constituição de instâncias participativas dos alunos, mas incumbe os colégios de promovê-las.

Embora os documentos jesuíticos insistam no papel ativo do educando, como sujeito do próprio desenvolvimento, etc. eles não descrevem, concretamente, em quê, de quê e como o aluno pode/deve participar. Essa é a tarefa a ser realizada por toda a comunidade educativa, em especial, pelos seus primeiros implicados: os alunos.

Esta é a visão dos colégios jesuítas sobre a participação, mas qual é o entendimento que desta se tem no âmbito educativo nacional? Uma vez que é rara a bibliografia a respeito da participação dos alunos na escola em geral e praticamente restrita ao grêmio escolar, passamos a analisá-lo, de acordo com alguns principais documentos.

3. O Grêmio Escolar: espaço de participação dos alunos

3.1. A Lei Sarney e a instituição do Grêmio

A Lei Federal n. 7.397 de 1/11/1985 dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes dos antigos 1o. e 2o. graus. O texto sucinto, composto de três artigos, assegura *"a organização de Grêmios Estudantis em todas as escolas, como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais"* (art. 1), cabendo exclusivamente à Assembléia Geral do corpo discente, de acordo com seus estatutos e sua legislação eleitoral (art. 2), regulamentar a organização, o funcionamento e a programação das atividades.

Contudo, o texto não faz um aceno sequer à finalidade pedagógica dessa medida, como tampouco ao papel da direção da escola em todo o processo de formação e de funcionamento das entidades estudantis. A falta de referência sobre a relação entre a direção da escola e o grêmio deixa dúvidas quanto à possibilidade de que ele se integre no conjunto maior da escola e desempenhe uma instância educativa.

3.2. Orientações da UMES e da UBES

Logo após a publicação da Lei Sarney, a União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (UMES) publicou um modelo de *Estatuto para Grêmio Estudantil*, em seis capítulos e trinta e um artigos. O texto revela o intuito de total independência do grêmio em relação à escola, eliminando todas as referências à instituição.

No entanto, são viáveis a constituição e a duração de um grêmio nestas condições? Até que ponto essa entidade, a julgar pelos seus pressupostos iniciais, colocando-se 'fora' da escola, terá possibilidades de desenvolver uma programação eficaz?

Para podermos obter uma idéia mais precisa sobre o ideal de participação num colégio jesuíta, fizemos uma breve pesquisa entre alunos e

educadores do Ensino Médio do Colégio São Luís, em 1994, como apresentamos a seguir.

4. Uma experiência concreta: o grêmio estudantil são luís

4.1. Histórico e funcionamento do Grêmio Estudantil São Luís:

O GESL foi fundado em 1989 por iniciativa de um grupo de alunos do Ensino Médio, desejosos de maior participação nas decisões na vida do Colégio São Luís, de São Paulo. Em suas primeiras reuniões, em 1988, o grupo pioneiro começou a coletar dados e estatutos dos grêmios existentes em escolas congêneres. O contato com alunos representantes de outros colégios jesuítas durante o ENAC clarificou a idéia de montagem de uma instância representativa dos alunos.

O grupo fundador desejou um grêmio mais vinculado ao colégio, prevendo que seriam difíceis o espaço, o tempo, a possibilidade de contato com os alunos e sua conseqüente participação se faltasse esse entrosamento. No entanto, desde o início foi pequena a adesão dos alunos ao grêmio nascente. As duas primeiras diretorias eleitas foram chapa única nas eleições, sem debate nem concorrência. O próprio grupo fundador, na realidade, eram dois alunos mais ativos e dedicados à causa. Pequeno ou nulo foi o contato do grêmio com outras escolas e entidades estudantis.

Os Estatutos, com cinco capítulos e vinte e nove artigos, apresentam três finalidades da agremiação (art. 2):

> *"a) defender os interesses dos alunos do CSL, sendo um órgão de apoio às iniciativas estudantis;*
> *b) trabalhar junto à Diretoria do Colégio, respeitando a Carta de Princípios dos Colégios Jesuítas, e procurando ajudar na formação do aluno;*
> *c) promover a integração do aluno através de eventos culturais, sociais e esportivos".*

O estatuto do GESL avança em relação à proposta da Lei Sarney enquanto integra a agremiação à vida da escola, pela referência à sua direção, ao texto fundamental (*Carta de Princípios*) e à finalidade do próprio grêmio: *"procurando ajudar na formação do aluno".*

Esta preocupação de integração do grêmio com a escola e com o respaldo ao processo formativo transparece de modo mais nítido quando da definição dos departamentos e das competências dos seus diretores, no Cap.IV. Ao diretor social cabe organizar eventos *"que levem os alunos a uma maior integração...procurando com isso reforçar a formação do estudante do CSL"* (art. 17 a e b). O diretor de estudos do GESL deve desenvolver um trabalho estreito com as coordenações de série para defender os interesses dos alunos na área acadêmica e *"viabilizar métodos alternativos que levem o colégio e os alunos a um maior entrosamento"* (art. 19). Finalmente, ao diretor de conscientização cabe *"promover a ligação entre o GESL e* (Coordenação) *Pastoral do CSL"* (art. 21).

A vinculação do GESL com o CSL é reforçada pela competência estatutária deste em designar a comissão encarregada das eleições (art. 23) e por ser o destinatário dos bens da agremiação, caso ocorra sua dissolução (art. 29).

No entanto, o Estatuto do GESL não contempla os alunos do Ensino Fundamental entre seus associados. O art. 4 diz mesmo que *"A Assembléia Geral...é constituída pela totalidade dos alunos do 2o. grau do CSL".* O Conselho de Representantes de Representantes de Classe só admite a participação ordinária de alunos da 8a. série e do Ensino Médio, sendo a presença de um membro do Ensino Fundamental uma eventualidade (art. 12, pár. único). Ao tratar das eleições (Cap.V) o estatuto novamente reafirma a exclusão dos alunos do Ensino Fundamental, ao dizer que *"todos os alunos do 2o. grau do CSL estão aptos a disputar as eleições e a votar"* (art. 22, pár.1).

4.2. O funcionamento do GESL

Certa ideia do funcionamento do GESL nós podemos deduzir de algumas de suas publicações.

Até 1992 o GESL não conseguia levar adiante a publicação de seu informativo. Fundado em 1989, o Grêmio publicou em outubro de 1991 o primeiro e último número do *Jornal do GESL*, tablóide de quatro páginas, com distribuição gratuita, graças ao patrocínio conseguido pelos alunos. O índice revela a sintonia entre o GESL e a programação educativa do CSL, com o relato do estágio social dos alunos em Rio de Contas (Bahia); uma entrevista com o novo reitor; notícias de eventos programados não só pelo Grêmio, mas também pelo CSL e pelo grupo de Antigos Alunos; dois artigos de alunos sobre política e sobre o plebiscito.

Em abril de 1992, a recém-empossada diretoria do GESL publicava o único número do *Vox Studienti*, explicando no seu editorial que *"agora o jornal mudou, ficou mais dinâmico, mais arrojado, irreverente e corajoso. É um espaço aberto aos alunos..."* (ano 1, n. 1). O tablóide, de oito páginas, perguntava, no segundo editorial *"O que é grêmio?"* e responde:

> *"Lutar pela autonomia do Grêmio em relação à direção do Colégio, manter o GESL em contato com outros grêmios, ser um grêmio organizado e aberto a todos, e principalmente não ter 'medo' de defender o aluno perante o colégio"* (p. 2).

Essa meta contestatária começa a se concretizar em dois artigos mais incisivos: contra o aumento das mensalidades escolares e quanto à exigência da apresentação do uniforme.

A terceira publicação do Grêmio, denominada *Contra-Informativo*, apareceu em setembro de 1992 (ano 2, n. 1), dizendo logo no cabeçalho tratar-se de uma iniciativa do *Grêmio Livre São Luís*. A nova denominação da agremiação, explicitada aqui pela primeira vez, confessa seu desejo de independência em relação à direção da escola. No artigo intitulado

Movimento Estudantil o articulista anônimo diz: *"Uma entidade estudantil não deve se sujeitar ao controle de ninguém. Apenas à vontade dos estudantes"* (p. 2).[6]

5. Pesquisa sobre o Grêmio Estudantil São Luís

As entrevistas não estruturadas, gravadas e transcritas com nomes fictícios de pessoas, procuraram levantar a compreensão dos alunos sobre o termo *participação*; as razões da pertença/colaboração ou não, própria e dos colegas no GESL; juízo crítico sobre a programação e o funcionamento do Grêmio; fatores do CSL (direção, espaço físico, horário, regulamento disciplinar, etc.) que favorecem ou impedem o funcionamento do Grêmio; referência a grêmios bem sucedidos de outras escolas.

5.1. Compreensão dos alunos quanto ao conceito de participação

De modo geral os alunos se mostravam surpreendidos ou algo desconfortáveis com a pergunta sobre a noção de *participação*. Normalmente esta era considerada como uma expressão verbal: falar, dar a opinião, discutir, *"propor as bases da campanha", "dar novas idéias".* Outras vezes como alguma ação concreta: *"reagir", "ir às reuniões", "começar a batalhar", "quando tá atuando".* Um único aluno aludia ao aspecto de compromisso:

> *"Participar é reagir. Alunos que se dedicam a certas atividades. Isto é participar. É abrir mão do seu espaço de tempo a favor de uma idéia. Aí neste espaço você age, você se dedica, e assim participa..."* (Cassio)

A participação para os alunos é algo imediato, sem horizonte mais amplo nem finalidade definida. Na realidade os alunos desconheciam o por quê da participação, seu alcance pedagógico e até instrumental. Apenas uma aluna reconhecia a compreensão pedagógica da participação como

> *"...importante para a vida de uma pessoa, de um aluno, porque ele vai usar muito para a vida esse processo, que ele aprendeu. Ele leva para casa e passa para os amigos, os pais os irmãos...* (O Colégio) *prepara a gente para quando sair do Colégio para a vida"* (Alice).

5.2. A participação dos alunos no CSL e no GESL

Dois âmbitos de participação dos alunos foram inquiridos: quanto ao CSL em geral, e em algumas áreas, e a seguir quanto ao próprio Grêmio.

Os alunos entrevistados hesitavam quanto à existência ou não de espaço e de interesse de participação deles na vida do Colégio. Havia depoimentos contraditórios. Alice, por exemplo, dizia que

> *"existe* (participação), *mas nem sempre adianta. Existe muita reclamação contra os professores e nem sempre adianta porque não vai mudar a personalidade, o jeito dele. A maioria*

[6] Desde 1995 o GESL publica o Jornal do Grêmio, sem periodicidade determinada.

do que é proposto adianta. A gente faz um relatório, apresenta na reunião dos professores e eles mudam: o critério da nota, de respeito..."

Dizia também: *"Muita participação! Mesmo tendo representante de classe, o Grêmio, todas as pastorais...existe muita participação."*

Para a quase totalidade dos alunos que afirmavam haver participação no Colégio, esta era entendida sobretudo como verbalização de opiniões sobre diversos aspectos da organização escolar:

"a maioria do que é proposto adianta";
"há muita reclamação por falta de horário";
"a turma fala muito...";
"normalmente quem é representante é quem fala";
"na idade da minha série todo mundo quer botar pra fora";
"se você fala tudo o que pensa, sai uma coisa legal";
"Acho que o São Luís é mais aberto para os alunos discutirem";
"(Os alunos) *são ouvidos pelo Coordenador...".*

Entendia-se também haver participação pelo fato de os alunos comparecerem às atividades programadas (campeonatos, campanhas, gincanas) ou nelas atuarem. Vanessa confessava-se surpresa com o espaço de participação encontrado nas aulas livres de teatro, porque *"é coisa totalmente diferente do Colégio. Você nem acredita que é o mesmo colégio...porque você é livre".*

Procurando aprofundar a questão, os alunos explicavam que a falta de participação se devia ao comportamento impositivo e unilateral por parte dos professores. Uma aluna analisava a mudança no sistema de notas, os atrasos, o modo de aulas de treino esportivo, o uniforme, e concluía que *"os alunos pedem mais participação, mas tudo é meio difícil com professores e coordenadores porque acho que eles têm a força de mandar como os alunos têm que vir* (ao Colégio)" (Vanessa).

Ninguém se referia à participação mais ampla no projeto educativo, na sua elaboração, implementação e avaliação. Indiretamente alguém tocava no assunto ao afirmar que os alunos *"em certas coisas não têm vez...* (Em) *coisas como uniforme, etc., não têm vez"* (Vanessa).

Mesmo assim, comparando-se com seus primos, vizinhos ou amigos, os alunos ainda consideravam que o São Luís oferecia muito mais coisas: *"há mais participação...* (o Colégio) *é mais aberto para os alunos para discutir".* Outro dizia que *"aqui há mais apoio por parte do Colégio",* embora ele se referisse ao contexto da liberação dos alunos para participarem das manifestações pela ética na política (setembro de 1992).

Quanto à participação dos alunos no GESL nenhum deles se expressava com entusiasmo. Havia afirmações reticentes de alunos e contundentes de adultos. Todos atribuíam as causas da não participação à intensidade da programação pedagógica do Colégio (*"há aulas...semana de provas"*), a atividades externas (esportivas, curso de línguas) e ao

próprio desinteresse do corpo discente: *"A participação dos alunos no Grêmio depende do interesse de cada um... Os que se interessam vão participando..."* (Cassio).

O professor Joaquim reconhecia certo paternalismo da escola, pois sua estrutura organizacional, a programação pedagógica e a ambientação comunitária encontram-se tão bem montadas que

> *"neste aspecto o Grêmio não tem com que se preocupar, então...ele só tem de criar, que ter criatividade, para situações outras... recreativo...beneficentes...campanhas".*

5.3. Crítica dos entrevistados sobre o funcionamento do GESL

Os alunos resistiam a avaliar negativamente a atuação do Grêmio. Incapazes de qualificá-la como positiva, os membros da diretoria do GESL experimentavam dificuldade em 'defender' a agremiação, procurando atenuar seus impasses. Dizia Eugênio:

> *"Acho que o Grêmio está começando a amadurecer* (...) *a gente, lógico, tá lutando para fazer dele o melhor possível...a única coisa que eu tenho a dizer é que o Grêmio tá funcionando do jeito que ele pode...nem tudo é perfeito...a gente tá aprendendo".*

Segundo o mesmo aluno, o fato de o Grêmio não estar dependente do Colégio, é um fator positivo na sua avaliação. *"O Grêmio teve um salto muito grande",* dizia Fábio*, "...agora o pessoal tá começando a debater mais, discutir, né...".* Enio afirmava que o início da atual diretoria do GESL *"foi um pouco de fogo de palha...eu acho que quando o Grêmio falar alguma coisa todo mundo vai se reacender".*

Alguns alunos consideravam o Grêmio muito fechado, uma 'panelinha', excessivamente preocupado com mudanças radicais, de independência frente ao Colégio, de reforma dos estatutos, mas despreocupados com o cotidiano dos alunos e seus interesses mais imediatos.

A chapa derrotada nas eleições para a diretoria propunha

> *"fazer um grêmio que desse mais satisfação ao aluno, um grêmio que fosse útil ao aluno, que fizesse esporte, promovesse coreografia, que colaborasse para a formação dos aloisianos..."* (Américo).

Plinio considerava que o maior problema do Grêmio era a descrença dos alunos *"que não admitem que ele seja uma instituição que realmente seja legal".* De modo geral a diretoria do Grêmio, embora tivesse recebido cerca de 90% dos votos para se eleger, sentia-se abandonada pelos colegas.

O professor Joaquim via os membros da então equipe diretora do Grêmio como contestadores da anterior e até do próprio Colégio, que estariam *"meio perdidos, meio sem rumo".* Para ele a diretoria do GESL era ineficiente, alheia a tudo, sem iniciativa marcante para os alunos. O

professor considerava que a atual organização do Colégio já estava tão voltada para o aluno, atendendo às suas necessidades, que *"eles não precisam de reivindicação mais forte"* e por isso *"o Grêmio não tem com que se preocupar".* Por isso, a campanha do passe-livre no transporte urbano Joaquim a considerava como inspiração partidária, externa ao Colégio, uma vez que a maioria do alunado dispunha de condução própria. Na visão do professor os alunos seriam confusos, contraditórios, insensíveis ao que o Colégio está oferecendo e mal-intencionados ao programarem suas próprias iniciativas:

> *"...* (os alunos) *querem, sei lá, querem trabalhar na contramão, né, querem trabalhar na linha contrária...Então, quando eles partem para essa linha aí eu acho que* (...) *complica, interfere e a gente não vai aceitar esse tipo de interferência".*

A professora Rute era mais positiva quanto ao Grêmio atribuindo à sua breve existência (três anos) a timidez, as poucas atividades realizadas, e a parcela inexpressiva - embora *"bem mais ativa, bem mais participativa"* - de militantes. A professora não interpretava como antagônico o comportamento dos membros da diretoria, reconhecendo tratar-se de algo normal na faixa etária.

5.4. Apreciação sobre a posição do CSL quanto ao GESL

Chama a atenção o número de respostas elogiosas à abertura e ao incentivo do Colégio ao Grêmio, sem que este lhe esteja dependente. A ajuda do CSL é referida de modo genérico, especificando-se no aspecto financeiro: *"O Colégio ajudou, deu uma força no xerox..."* (Fabio), na abertura a reuniões e na explicação das planilhas de custos.

Os impasses apontados referem-se à falta de um tempo oficial de contato dos membros do Grêmio com seus colegas, à inexistência de um órgão (informativo) de comunicação, à falta de maior número de interessados e de participantes, à burocracia do Colégio.

A professora Rute vinculava a existência do Grêmio à aplicação do projeto educativo do Colégio:

> *"Uma das propostas do Colégio, entidade como um todo, é que você dê condições ao aluno para que ele seja crítico, para que ele se coloque, que ele seja transformador. E o Grêmio é uma forma para que ele chegue até isso".*

5.5. Expectativas dos entrevistados quanto ao funcionamento do GESL

A fim de provocar o posicionamento dos entrevistados, perguntou-se-lhes diretamente se o Grêmio do São Luís, com seu tipo de aluno médio que em geral tem tudo, e não sente maiores necessidades, poderia dar certo. Naturalmente ninguém admitiu a inexistência do grêmio, tendo sido, no entanto, muito variadas as pistas propostas para lograr seu

funcionamento. Adriana defendia a possibilidade do grêmio no CSL *"onde os alunos têm muita voz, têm o direito de participar, de perguntar..."*

Os alunos insistiam na necessidade de maior número deles participarem porque *"Grêmio só é grêmio quando entra uma maioria que faz parte do grêmio e participa"* (Américo). De modo geral os membros da diretoria do GESL sentiam-se cobrados, exigidos pelos colegas quanto a realizações eficazes, significativas, mas são pouco ajudados por eles. *"Ninguém se lembra de trabalhar pelo Grêmio",* era o desabafo de Américo. Cassio propunha, com justeza, que devem se *"aproveitar algumas aulas, mesmo as de religião, para que os alunos fossem mais politizados, Assim se pode conseguir mais participação".*

Condição prioritária para o funcionamento do Grêmio é o conhecimento dele por parte dos alunos, a ser viabilizado através do informativo porque *"aí é que se faz a consciência e aí que se faz o conhecimento"* (Fábio).

No entanto o GESL, como ocorre na maioria das escolas, agrega, praticamente, apenas os alunos do Ensino Médio. O regimento da agremiação, como a legislação oficial, não impede, mas não menciona a participação dos alunos do Ensino Fundamental. Inquiridos sobre isso, os membros da diretoria do GESL admitiam a ausência dos alunos menores, justificando-se, no entanto, de estarem buscando formas para sua integração.

Contudo, em nenhuma hipótese os alunos aceitavam a vinculação obrigatória do corpo discente ao grêmio, mesmo sob o pretexto de ampliar sua participação pois *"quando a coisa é assim oficial, obrigada, perde muito o sentido da coisa"* (Fábio).

Apontava-se também a necessidade de maior apoio ao Grêmio por parte da diretoria do Colégio a fim de facilitar-lhe o trabalho e o contato com os alunos, entendido como trânsito pelas salas para comunicados, etc.

Mesmo assim, os alunos não lograram atingir o centro da problemática: o da identidade e da finalidade do GESL. Não conseguiam questionar o sentido, o lugar, as condições de viabilidade de um grêmio numa escola com determinada filosofia e organização.

Plínio recordava, com satisfação, quando um diretor do Colégio explicou a situação financeira, a política das mensalidades, das bolsas e dos salários, concluindo que *"isto tem sido uma força legal para a gente...porque aí a gente pode ter maior participação no Colégio".*

Timidamente Ênio aludia à atuação complementar do Grêmio:

> *"dá pro aluno e pra gente mesmo fazer alguma coisa que talvez falte aqui no Colégio...porque os Diretores do CSL às vezes não têm uma visão do que realmente está acontecendo... então eles precisam de alguém que diga para*

eles o que está acontecendo e o que precisa ser melhorado, o que está bom, o que está ruim..."

Adriana foi a única a ampliar o horizonte do grêmio, propondo sua abertura para fora do Colégio para *"ver o mundo de hoje como está acontecendo",* pois *"é outro ambiente, tá acontecendo coisas novas".*

A professora Rute recomendava um maior esforço dos educadores do Colégio para se compenetrarem do papel do Grêmio no projeto educativo e assim desenvolverem um trabalho conscientizador entre os alunos.

Concluído o trabalho de conhecimento da experiência concreta do Colégio São Luís e o levantamento bibliográfico sobre o grêmio escolar, sentimos necessidade de ampliar o olhar para saber se este quadro se repetia em outros lugares.

6. Como se dá a participação por aí?

Em sua edição de junho de 1992 a revista *Nova Escola* publicou a reportagem *Grêmios. A aula de cidadania que nossos alunos ainda não freqüentam.* Nela, Carlos Mendes Rosa pergunta o que terá acontecido com os estudantes de hoje que se mostram insensíveis e apáticos com a movimentação da sua classe, como que desperdiçando a oportunidade que lhes foi garantida pela Lei Sarney.

A pergunta do autor se deve à reduzida - para não dizer nula - expressividade dos grêmios estudantis no universo escolar secundarista do Brasil hoje. A própria literatura sobre participação estudantil é mínima e, mesmo assim, mais dedicada aos movimentos estudantis de cunho universitário do que propriamente dos secundaristas.

Procurando as causas do fenômeno, para além da passividade ocasionada pela repressão militar no país, Rosa procura outras respostas, entrevistando diversos educadores. Várias causas são elencadas: a desestruturação da sociedade com a falta de espaços de participação; o empenho de preservação da individualidade, diante de tantas e graves ameaças ambientais; a grave conjuntura sócio-econômica do país; a inconsciência política dos educadores; a perda do sentido de pertença à escola, decorrente do seu autoritarismo; a resistência dos diretores à democratização da escola; a falta de esperança dos jovens quanto ao futuro.

A professora Derna Pescuma (1990), Supervisora de Ensino do Município de Guarujá (SP), teve dificuldade em encontrar uma entidade de alunos atuante em escola pública do Estado de São Paulo para a sua tese de mestrado sobre grêmio estudantil.

A falta ou deficiência de participação dos alunos, apontadas nas entrevistas e textos estudados, não decorrem tão somente de problemas estruturais da escola. Há algo na tradição brasileira e, mais ainda, na cultura contemporânea pós-moderna que impede ou trava o processo

participativo. É notório como pesa no Brasil certa tradição de acomodação, de demissão de responsabilidade, de 'delegação' de militância. Embora se acredite em determinadas causas, na verdade espera-se que outros falem, reclamem, lutem por elas. Por isso parecem-nos por vezes estranhas as manifestações realizadas em outros países em defesa da ecologia, do feminismo, da segurança, etc. Atribuir apenas ao conservadorismo estrutural da escola a não-participação poderia ser unilateral e empobrecedor, além de gerar meros discursos ou pequenas reformas.

Urge, portanto, uma reflexão mais profunda de dirigentes, educadores - docentes e técnicos - e de pais de alunos, sobre o fenômeno que nos envolve de diversas formas, de modo que nem se desista da participação, por considerá-la algo utópico, eternamente irrealizável, e tampouco se considere sua implantação como uma panacéia ou um ato voluntarista.

Em seu opúsculo *O que é Pós-moderno,* Jair Ferreira dos Santos aponta como

> *"a sociedade se despolitiza"* e *"a participação social, assim, se orienta para pequenos objetivos, pragmáticos e/ou personalizados, embutidos na micrologia (nos pequenos espaços) do cotidiano...são participações brandas, frouxas,sem estilo militante, com metas a curto prazo, e onde há expressão pessoal. Renuncia-se aos temas grandiosos como Revolução, Democracia Plena, Ordem Social - coisas da modernidade industrial"* (p. 58 e 72).

Santos opina que a 'entropia' (perda de energia do universo), o minimalismo, o niilismo (desejo de nada, falta de crenças e de valores), o desencanto com a vida, são outros traços importantes da era pós-moderna que vivemos (Id.ibid.). Diversos autores escrevem atualmente sobre o narcisismo individual e coletivo, postura sem conotação pejorativa, mas como defesa e recurso de sobrevivência da pessoa face ao impacto ameaçador e desagregador da vida moderna. As pessoas, embevecidas no imediato, buscam desenfreadamente sua realização afetiva, não encontrando tempo nem motivação para a militância e a participação. Análise semelhante apresenta o texto-base da Campanha da Fraternidade de 1998, sob o tema: *Fraternidade e Educação.* A defesa da subjetividade é o que importa, podendo resvalar no egoísmo e na autossuficiência, quando os valores perseguidos eram o individualismo e a autonomia.[7]

O pós-modernismo acarreta também a 'crise do militantismo', com a desistência de lutar pela utopia, por causas nobres, realizáveis a médio ou longo prazo. Aponta-se, igualmente, para o medo da singularidade como subproduto da massificação. As pessoas temem se destacar, aparecer...

---

[7] Ver o documento da CNBB *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil* (Col. Documentos da CNBB, 45), com lúcida análise da pós-modernidade no Brasil, capítulo III.

Depois de denunciar o *"neo-individualismo decorado pelo narcisismo",* Santos (1991: 88) afirma que *"o individualismo exacerbado está conduzindo à desmobilização e à despolitização das sociedades avançadas".* É a 'deserção do social', é a afirmação rotunda do descompromisso no 'não tenho nada com isso' (Id.ibid.: 90).

Na ampla pesquisa que realizou entre a juventude brasileira, Tania Zagury revela a apatia da maioria pelos problemas nacionais. Ela constatou que apenas 1/3 dos jovens não acompanha os fatos políticos, mas mais da metade dos jovens de 14 a 18 anos (56%) *"afirma sua neutralidade em relação à política - ou seja, age como espectador passivo"* (1996: 225 e 227). Ela conclui o capítulo 13, sobre o Adolescente e a política dizendo:

> *"É contundente o que expressa o quadro acima - mais da metade dos jovens (55,7%) mostrou total descrença na possibilidade de as coisas melhorarem"* (1996: 230).

Diante desta realidade da participação na sociedade contemporânea, quais seriam as condições de possibilidade para o colégio jesuíta formar seus alunos para a participação? Vejamos a seguir.

7. Formação para a participação: elemento do currículo

7.1. Conceito adequado de participação:

Ponto de partida para formar alunos participantes é a conceituação precisa do termo *participação*. A concepção do colégio jesuíta como comunidade educativa traz implícito o desejo de participação, embora muitas vezes o termo se confunda com colaboração.

A participação não pode desempenhar um papel meramente instrumental, colaboracionista, utilitário, como transparece em alguns documentos analisados, e nas entrevistas com alunos e educadores do CSL.

A participação tem fundamento antropológico, enquanto é traço constitutivo da pessoa, expressão da sua liberdade e consciência e elemento da sua autorrealização e desenvolvimento. Tomando a expressão da Psicologia Humanista, Pescuma (1990: 27) lembra como

> *"o processo participativo tem raiz instintóide, ou seja, a participação é uma necessidade fundamental do ser humano como a comida, o sono, a saúde".*

Em outra passagem Pescuma elenca os valores da participação: aquisição de novos motivos de afeto, estima e auto-realização; satisfação de necessidades básicas: interação com os seres humanos, auto-expressão, desenvolvimento do pensamento reflexivo, prazer de criar e recriar as coisas, valorização pelos outros (Id.: 28). Bordenave (1982: 76) afirma ser a participação uma necessidade humana, um direito do ser humano que

> *"possui necessidades não óbvias, como o pensamento reflexivo, a autovaloração, a autoexpressão e a participação, que compreende as anteriores".*

Em seu trabalho *Participação é Conquista,* Pedro Demo (1986: 48) diz com razão que *"a educação que não leva à participação já nisto é deseducação".* A ausência de participação apropriada dos estudantes no projeto educativo acarreta a noção de distanciamento da escola, de falta de envolvimento afetivo com ela, de alteridade, que Ghanem reconhece ao ver que *"o aluno brasileiro ainda não é parte integrante da escola. A escola é outro"."O que não é construído com participação",* diz Demo (1986: 78), *"acaba reconhecido como estranho e imposto, por mais que os mandantes tenham boas intenções".*

No dicionário de Filosofia, no verbete *participation,* Foulquié (1962) apresenta dois sentidos para o termo participação: 1) participar em: tomar parte em qualquer coisa exterior a si, uma empresa, na sua sua gestão e benefícios, numa festa, etc.; 2) participar de: ter em seu ser alguma coisa de um outro.

Derivada do latim: *partem cápere*, i.é, tomar uma parte, um pedaço, a palavra *participação*, a partir do senso comum, pode significar: fazer parte (de uma associação), tomar parte (de um evento), ter parte (num empreendimento). Os colégios jesuítas já têm definido, com muito realismo, que *"a participação de cada um é diversa, de acordo com sua experiência, seu saber, sua função específica e sintonia com esta Carta de Princípios".*

Bordenave (1982: 24) apresenta várias distinções sobre o termo *participação*: <u>participação passiva</u> (a pessoa faz parte, mas não toma parte) e <u>participação ativa</u> (pessoa comprometida, empenhada); <u>participação instrumental</u> (em vista da eficiência e da eficácia) e <u>participação afetiva</u> (que visa também a realização pessoal); <u>microparticipação</u> (quando as pessoas se associam numa atividade comum tendo em vista apenas proveitos pessoais e imediatos) e <u>macroparticipação</u> ou <u>participação social</u> que *"implica uma visão mais larga e ter algo a dizer na sociedade como um todo".* Como esta participação social se refere ao âmbito mais amplo da sociedade, deverá incluir, inevitavelmente, as dimensões política e socioeconômica, alargando seu conceito para além do ativismo superficial e imediatista. Assim, prossegue Bordenave (Id. 25),

> *"uma sociedade participativa seria, então, aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira eqüitativa".*

7.2 Participação como elemento integrante do projeto educativo

No documento *Educação, Igreja e Sociedade* (n. 102), o episcopado católico brasileiro afirma que *"o processo educativo deve constituir-se em exercício de cidadania, participação..."* porque *"o educando nunca pode ser mero receptor passivo de conteúdos já elaborados".* A Campanha da

Fraternidade de 1998 explicita a importância da educação participativa (n. 107), para a cidadania (n. 148,170), para a inclusão, para novas práticas comunitárias (n. 108).

O trinômio apresentado por Bordenave de participação na produção, na gerência e no usufruto poderia inspirar também o processo educativo escolar.

A participação fundamental, de maior incidência na formação dos alunos é a de assegurar-lhes o papel de protagonistas que tomam parte na 'produção', na elaboração e no enriquecimento do projeto educativo. Este não é um 'pacote' definido unilateralmente e imposto pelos dirigentes da escola aos alunos. Trata-se de uma proposta que, de acordo com a tradição pedagógica jesuítica, deve ser adaptada conforme as circunstâncias de tempo, lugar e pessoa (C: 108). Os alunos podem desempenhar aí um papel fundamental na medida em que revelam sua história e contexto de vida e aportam suas experiências e expectativas.

O modelo pedagógico, calcado nas dimensões do paradigma pedagógico inaciano e no enfoque da educação personalizada, segundo Pierre Faure, proposto pelo recente *Projeto Educativo*, prevê diversos elementos didáticos como formadores da participação. O *plano de trabalho*, no qual o aluno experimenta sua liberdade e capacidade de decisão (Faure, 1993: 58), o *trabalho grupal*, pelo qual os alunos se ajudam na construção do conhecimento, a *partilha*, na qual eles aprendem a criticar e enriquecer os trabalhos uns dos outros, as *exposições dos trabalhos* realizados, como mostra da contribuição que cada um oferece à sociedade, são alguns exemplos.[8]

Visto que a educação jesuítica enfatiza a autonomia, o protagonismo e a atividade do aluno, este poderá exercer a participação no processo de implementação do projeto formativo. Será co-responsável pela sua 'gerência'. Para tanto terá presente que a participação *"é diversa, de acordo com sua experiência, seu saber, sua função específica e sintonia com esta Carta de Princípios"* (n. 19).

Finalmente, como a meta da educação jesuítica visa à ação, entendida como desenvolvimento pleno da pessoa e de todas as pessoas, a terceira dimensão participativa do aluno seria a do 'usufruto' de todo o processo formativo que ele ajudou a configurar e concretizar. Mas como a meta educativa dos colégios jesuítas é também 'ad extra', o aluno desfrutará da sua formação na medida em que se comprometer a investi-la no aperfeiçoamento da sociedade.

Esta consideração de participação é mais abrangente, pois enfoca as dimensões fundamentais, antes que práticas concretas, às quais poderia

---

[8] Diz Faure (1993: 58) a respeito do Plano de Trabalho: *"Psicologicamente, é assim que se criam as condições favoráveis a um trabalho proveitoso. O que foi deliberado, refletido, escolhido, resolvido, move por dentro, concentra as energias, chama e reforça a atenção. Afetivamente é gostoso realizar o que foi previsto e resolvido. A autodeterminação confere à ação mais eficácia e um sabor que a pessoa atribui a tudo o que provém de si mesma. Facilita a execução, basta mesmo para valorizá-la".*

fornecer direção e sustento. Considera a participação dentro da classe e fora dela, no espaço maior da escola.

Mas o que se vê na realidade é que, de modo geral, os colégios jesuítas não têm conseguido institucionalizar instâncias de participação dos alunos na vida da escola. A própria proposta do próprio grêmio escolar, em que pese suas deficiências, como vimos, não é passada aos alunos, não sendo, portanto, do conhecimento da maioria.

Há de se notar, contudo, que alguns alunos reconheciam o alcance do grêmio, como Adriana, para quem *"o Grêmio é um intérprete do aluno. E ele é importante!". "Uma proposta bem implementada, uma coisa bem feita poderia reverter o quadro",* reconhecia Américo, *"mas",* desabafava *"como fazer isto...não sei".* E em outros grêmios os alunos também não sabem organizar-se e ficam sem condições de sabê-lo, porque, por uma equivocada interpretação da legislação, ficam à mercê de si mesmos, da sua inexperiência e imaturidade. A escola que apresenta uma proposta de ideal participativo não pode se contentar com a eventualidade de um grêmio formal, de mero cumprimento da lei.

Importa, então, que a escola jesuíta tenha bem presente a formação para a participação como elemento curricular, entendido este no sentido amplo, como o conjunto de todo o fazer educativo na escola. Assim, participação não será uma concessão, uma outorga, uma dádiva, uma tolerância diante de uma lei incontornável, como tampouco será uma interferência. A participação será algo positivo, elemento integrante da formação dos alunos, não como *"um conteúdo que se possa transmitir, mas uma mentalidade e um comportamento com ela coerente"* (Bordenave, 1982: 74).

A realidade mostra que para cumprir e enriquecer seus objetivos formativos os colégios jesuítas têm incorporado no seu currículo diversas atividades extraclasse . No âmbito da formação religiosa são celebrações, cursos de formação, estágios sociais, experimentos de solidariedade, etc. Na formação esportiva há treinos, jogos de intercâmbio, olimpíadas e campeonatos. Na formação artística há grupos de canto, música e teatro. Na formação para a integração comunitária há cursos, festas, excursões, etc. E o que há para formar os alunos em vista da participação?

Já que a proposta do colégio jesuíta busca a formação para a participação, esta poderá ser oferecida a todos os seus alunos mediante diversas instâncias ou modalidades regimentais, incluídas no Regimento Escolar, como conselho de alunos ou conselho de representantes constituídos em todas as séries, a começar das iniciais, mediante a convocação ou a provocação da escola. Poderiam existir diversas modalidades de instâncias participativas, não exclusivamente o grêmio escolar pois, as versões originais do documento *Características* deixam em aberto o tipo de concretização, sem restringi-la. Seria desejável uma instância participativa de alunos de acordo com sua faixa etária: uma para a Educação Infantil, outra para o Ensino Fundamental, outra para o Ensino Médio ou uma única com três seções. Desta forma cada aluno poderia ter

a experiência participativa desde cedo, adequada ao seu estágio evolutivo, sem ter que esperar chegar às séries terminais para participar de uma agremiação. Caso contrário os menores nunca terão vez, permanecendo sempre por fora...

Assim sendo, no colégio jesuíta participar deixaria de ser um diletantismo, uma aventura, um mero fervor de alunos generosos e dedicados, enquanto a massa do corpo discente permanece alheia a esta experiência por uma equivocada postura que vê a agremiação de alunos como da alçada exclusiva deles, na qual ninguém deve se intrometer, nem mesmo colaborar.

Desta forma, os alunos poderiam ir aprendendo o por quê, o para quê, o como, o com quem e com quê da participação. Poderiam desenvolver gradativamente a consciência crítica; experimentar a usar a voz e a vez e a respeitar a dos outros; exercitar a liderança e o serviço.[9] Só se aprende a participar participando, como os processos naturais de nossa vida, desde o nascer. A atuação nas instâncias participativas poderia ser o reflexo da nova sociedade que se deseja construir (C:142) e

> *"o que eles vão realizar como conseqüência sob a direção do professor, se bem que não consiga transformar o mundo inteiro de imediato numa comunidade de justiça, paz e amor, ao menos poderá ser um passo educativo neste sentido..."* (P: 28).[10]

A partir desta concepção mais ampla as entidades de participação dos alunos (grêmios, conselhos ou outras) poderiam cumprir seus objetivos promovendo atividades de cunho cultural, social, esportivo, religioso, como um programa complementar ao processo formativo, mas dentro de um projeto educativo mais consistente e duradouro. Tais instâncias receberiam o apoio e a orientação de seus educadores. Esta interação é imprescindível, é condição de possibilidade para se alcançar a educação em valores pretendida pelos colégios jesuítas (P: 10,40). Mas cabe aqui também o alerta do documento *Pedagogia Inaciana* de que o respeito pelo aluno leva o professor a cuidar-se de não induzi-lo, nem manipulá-lo ou doutriná-lo.(P: 26,55,56,111,132). É claro que toda forma de democratismo deveria ser excluída deste processo. Ou seja, deveria ser eliminado qualquer enaltecimento desproporcionado da participação estudantil em detrimento da posição e da experiência dos educadores. Pedro Demo (Id.: 120) julga

> *"fora de propósito a paridade de posições, simplesmente porque não reflete a estrutura institucional",* justificando *"uma graduação de importância, a começar pelo professor, seguindo o funcionário e depois o estudante".*

---

[9] As *Características* incentivam a busca da verdade: *"é legítima a existência de um ambiente de busca dentro do qual se adquire um sistema de valores através de um processo de confronto com pontos de vista opostos"* (C: 53).

[10] O documento *Pedagogia Inaciana* (P: 37)descreve o lugar ideal que os colégios jesuítas deveriam proporcionar a todos os seus integrantes.

Na visita que fez ao Brasil, em 1992, o superior geral dos Jesuítas, P. Kolvenbach, lembrava que a juventude,

> *"O que mais deseja, talvez inconscientemente, é encontrar quem ajude a quebrar as correntes de seu egoísmo, e abrir-se para um horizonte novo de amor e serviço"* (1993: 14).

Os alunos serão ajudados a assumir todos os encargos administrativos de suas respectivas entidades, a negociar a utilização de espaço, de tempo e de recursos na escola, a compaginar sua militância com as exigências acadêmicas, etc.

Instaurado um clima educativo participativo na escola, os alunos poderiam ser questionados quanto ao excesso ou à omissão de participação. Ninguém poderia ficar entregue ao desinteresse ou à passividade. A formação para a participação torna-se elemento curricular porque integrante da proposta do colégio jesuíta do mesmo modo que a formação religiosa, que determinado grau de empenho nos estudos ou tal tipo de comportamento, etc. A qualidade e intensidade da participação passariam a ser elementos de juízo na avaliação do aluno, temas de Conselho de Classe, de entrevista com os pais... No processo de admissão ao colégio as famílias estariam cientes deste elemento formativo e deveriam posicionar-se a seu respeito.

Com isso, a participação dos alunos no colégio jesuíta não ficaria empobrecida numa dimensão meramente instrumental ou colaboracionista, pela qual eles estariam preocupados em inventar ou 'fazer coisas' ou atrações na ou com a escola, como desencargo de consciência quanto ao exercício da participação.

A Campanha da Fraternidade de 1992, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sob o lema *Juventude. Caminho Aberto,* encorajou os adultos a tomarem consciência das características da juventude e a reafirmarem sua esperança nela, pois

> *"é na relação com os outros que o jovem se descobre pessoa responsável, capaz de decisões e sujeito da própria história. Por tudo isso, a juventude é momento de buscar o novo: valores, referências, projetos, relações - caminho aberto!"* (n. 20).

Recordando a atuação vibrante da juventude estudantil nos anos 60, o documento aponta como *"a escola deixou de ser lugar referencial para a organização política da juventude",* o que faz com que a maioria dos jovens não participe hoje de movimentos, de associações de bairros, de abaixo-assinados e outros (n. 70 a 72). Dentre as pistas concretas de ação que os Bispos lançam a todos os cristãos do Brasil está o *"possibilitar aos jovens... o conhecimento e a participação nas organizações estudantis, como grêmios, UMES, UBES, UNE...",* dentro de um projeto de educação política, para a cidadania, entendida como *"instrumento de realização do projeto de Deus nas relações concretas da sociedade"* (n. 78).

Conclusão

Os documentos orientadores do trabalho educativo dos colégios jesuítas enfatizam a formação dos alunos para a participação, como um dos meios para se tornarem agentes multiplicadores, líderes no serviço, homens e mulheres para e com os outros, etc. Ideal assim audacioso não permite que estes colégios se acomodem com a inexistência de instâncias participacionistas, nem com a existência formal de um grêmio, que fosse mero cumprimento da Lei Sarney. O projeto educativo jesuítico incentiva os educadores a se dedicarem à formação para a participação, que deve ser provocada, desencadeada, acompanhada, mas sem atitude tutelar nem paternalista.

Pela sua definição, pelos seus estatutos e pela sua história, o grêmio escolar atua, em geral, de modo espontaneísta e autossuficiente. No entanto, para ser formativo, o grêmio carece também da sua institucionalização no âmbito escolar, assim como da participação de todo o corpo discente e do acompanhamento de educadores. Assim poderá ser um aprendizado para a participação e para a cidadania, como se pretende.

Por isso, mais que nunca, é mister um trabalho autenticamente pedagógico que valorize os jovens, respeite seus anseios, compreenda seu ritmo, interprete seus erros, hesitações e incoerências, promova suas qualidades, dinamize suas potencialidades.

As comunidades educativas dos colégios jesuítas lograrão coerência com sua proposta educativa instituindo e assegurando um espaço curricular para a formação de todos os seus alunos, não apenas os voluntários, para a participação. Trata-se de uma tarefa comum, na qual adultos e alunos sejam realmente parceiros da aprendizagem, da busca das estratégias e das mediações participativas mais eficazes. O próprio processo de busca já será pedagógico, será sua meta e seu conteúdo.

No entanto apenas esta medida estrutural não basta. Imersa num mundo pós-moderno com desafios e tensões as mais contraditórias, a comunidade educativa manterá uma reflexão permanente sobre a conjuntura cultural, a fim de interpretar o comportamento dos alunos quanto à participação e descobrir a abordagem pedagógica conveniente para a questão.

De todas formas, as instâncias participacionistas poderão ser um enorme potencial pedagógico, que nem podem ser deixadas a si mesmas, nem podem ser invadidas ou tuteladas, mesmo com boas intenções.

Glosando o lema da Campanha da Fraternidade de 1992 sobre a juventude poder-se-ia concluir dizendo: PARTICIPAÇÃO, CAMINHO ABERTO!

Bibliografia consultada e referida

Documentos:

- *A serviço da vida e da esperança. Texto-base CF-98*. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, São Paulo. Ed. Salesiana Dom Bosco, 1998. 142 p.
- ARRUPE, Pedro (1981), Nossos colégios hoje e amanhã (Roma, 13.9.1980). In: *Nossos colégios hoje e amanhã.* São Paulo, Ed. Loyola (Col. Ignatiana, 16): 7-27.
- CARACTERÍSTICAS da educação da Companhia de Jesus (1986). São Paulo, Edições Loyola.
- CARTA DE PRINCÍPIOS dos colégios jesuítas da Província do Brasil Centro-Leste (1983), São Paulo, Ed. Loyola. 15 pp.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*. São Paulo, Ed.Paulinas (Col. Documentos da CNBB, 45), 1991.
- _____. *Educação, Igreja e sociedade*. São Paulo, Ed.Paulinas (Col. Documentos da CNBB, 47), 1992.
- _____. *Juventude caminho aberto*. Texto-base da Campanha da Fraternidade de 1992. São Paulo, Editora Salesiana Dom Bosco, 1991.
- _____. *Justiça e paz se abraçarão*. Texto-base da Campanha da Fraternidade de 1996. São Paulo, Editora Salesiana Dom Bosco, 1996.
- ESTATUTOS do Grêmio Estudantil São Luís. São Paulo, Colégio São Luís.
- FÉ E JUSTIÇA nos Colégios da Companhia de Jesus. São Paulo, Ed. Loyola (Col. Ignatiana, 30), 1987.
- KOLVENBACH, Peter-Hans (1993), As características da educação inaciana. Alocução à comunidade educativa do Colégio Santo Inácio, Fortaleza (1.10.1992). In: *Visita do P. Geral ao Brasil. Alocuções e homilias*. São Paulo, Edições Loyola*:* 11-15.
- LEI n. 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1o. e 2o. graus e dá outras providências.
- LUZ, Sérgio Edgar da. *Integração Escola - Comunidade; a organização do grêmio estudantil*. São Paulo, Secretaria de Estado da Educação. Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), 1990.
- PEDAGOGIA Inaciana. Uma proposta prática (1993), São Paulo, Ed. Loyola.

Obras:

- BORDENAVE, Juan E. Diaz (1985), *O que é participação*. São Paulo, Ed. Brasiliense (Col. Primeiros Passos, 95).
- CANDAU, Vera e outros. *Oficinas pedagógicas de direitos humanos*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1995. 125 p.
- _____. *Tecendo a cidadania*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1996. 126 p.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista; noções de política social participativa*. Fortaleza, Editora da Universidade Federal do Ceará (EUFC), 1986.
- FAURE, Pierre (1993), *Ensino personalizado e comunitário*. São Paulo, Ed. Loyola.
- FOULQUIÉ, Paul. *Dictionnaire de la Langue Philosophique*. Paris, Presses Universitaires de France. 1962.
- GHANEM, Elie (1989), Os grêmios livres e o movimento secundarista. In: *Cadernos do CEDI*, São Paulo, 19: 35-91.
- JÉLVEZ, Júlio Alejandro Quezada. Grêmio Estudantil: a força (enfraquecida) do estudante. In: *Revista de Educação AEC*, 19 (74): 39-41, jan./mar.1990.

- PESCUMA, Derna (1990), *O Grêmio Estudantil. Uma realidade a ser conquistada*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de São Paulo.
- ROSA, Carlos Mendes (1992), Grêmios. A aula de cidadania que nossos alunos ainda não freqüentam. In: *Nova Escola*, junho 1992: 10-15.
- SANTOS, Jair Ferreira dos (1991), *O que é Pós-Moderno*. São Paulo, Ed. Brasiliense (Col. Primeiros Passos, 165), 10.ed.
- ZAGURI, Tania. *O adolescente por ele mesmo*. 5.ed., Rio de Janeiro/ São Paulo, Ed. Record, 1996. 277 p.

Jornais:

- Contra-Informativo. Publicação do Grêmio Livre do São Luís. São Paulo, Colégio São Luís, ano I, n. 2, setembro de 1992.
- Jornal do Grêmio Estudantil São Luís. São Paulo, Colégio São Luís, outubro de 1991.
- Vox Studienti. Orgão de divulgação do Grêmio Estudantil do Colégio São Luís. São Paulo, Colégio São Luís, ano 1, n. 1, abril de 1992.